UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL
CURSO DE DIREITO – CPTL

LETICIA DA SILVA SANTOS

RESPONSABILIDADE CIVIL POR ABANDONO AFETIVO

TRES LAGOAS-MS

2024

LETICIA DA SILVA SANTOS

RESPONSABILIDADE CIVIL POR ABANDONO AFETIVO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Direito da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Direito, sob a orientação do(a) Professor(a) Doutor(a) Ancilla Caetano Galera Fuzishima.

TRES LAGOAS-MS

2024

LETICIA DA SILVA SANTOS

RESPONSABILIDADE CIVIL POR ABANDONO AFETIVO

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi avaliado e julgado _____ em sua forma final, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Direito, perante Banca Examinadora constituída pelo Colegiado do Curso de Graduação em Direito do Campus de Três Lagoas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, composta pelos seguintes membros:

Professora Doutora Ancilla Caetano

Galera Fuzishima.

UFMS/CPTL - Orientadora

Professor Doutor Cleber Affonso Angeluci

UFMS/CPTL - Membro

Professor Doutor Michel Ernesto Flumian

UFMS/CPTL – Membro

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e aos meus pais por terem me apoiado e me proporcionado o privilégio de concluir a graduação. Agradeço também aos meus amigos que sempre me apoiaram em todos os momentos nessa jornada. E, por fim aos meus professores especialmente a minha orientadora Professora Doutora Ancila Galera Fuzishima, que me transmitiu tantos ensinamentos e tornou a jornada sempre mais leve.

RESUMO

O presente artigo tem o objetivo de demonstrar a possibilidade de indenização através do instituto da Responsabilidade Civil nos casos em que se configura o abandono afetivo de crianças e adolescentes pelos seus genitores, através da breve análise do que é ponderado acerca do dever de indenizar no caso em que houver abandono afetivo conforme posições doutrinárias e jurisprudenciais em paralelo com o que diz o legislador. Para tanto, faz-se necessário o estudo acerca das transformações sofridas pelo instituto família dentro do ordenamento jurídico, mostrando o quanto a evidencia do elemento afeto impulsionou tais transformações, uma vez que para a consolidação e construção dos laços familiares é imprescindível sua existência. Nesse sentido, é preciso analisar também os princípios que norteiam o assunto, como o princípio da dignidade da pessoa humana, do melhor interesse e da proteção integral à criança e ao adolescente, entre outros aspectos substanciais para a compreensão de todo o conteúdo. Aspectos esses como os deveres dos pais em relação aos filhos, mostrando a importância da presença deles em todos os momentos da criança, todo o lado psicológico da criança abandonada, seus traumas e como seu desenvolvimento pode ser prejudicado em todos os períodos de sua vida, inclusive na fase adulta. A essência do trabalho é abordar a questão, verificando a relevância jurídica e a aplicabilidade do instituto da responsabilidade civil aos casos de abandono afetivo parental.

Palavras-chave: Responsabilidade civil. Abandono afetivo. Indenização.

ABSTRACT.

This article aims to demonstrate the possibility of compensation through the Institute of Civil Responsibility in cases where the emotional abandonment of children and adolescents by their parents occurs, through a brief analysis of what is considered regarding the duty to compensate in the case in which there is emotional abandonment in accordance with doctrinal and jurisprudential positions in parallel with what the legislator says. To this end, it is necessary to study the transformations undergone by the family institute within the legal system, showing how much the evidence of the affection element drove such transformations, since their existence is essential for the consolidation and construction of family ties. In this sense, it is also necessary to analyze the principles that guide the subject, such as the principle of human dignity, the best interest and full protection of children and adolescents, among other substantial aspects for understanding the entire content. Aspects such as the duties of parents in relation to their children, showing the importance of their presence at all times with the child, the entire psychological side of the abandoned child, their traumas and how their development can be harmed in all periods of their life, including in adulthood. The essence of the work is to address the issue, verifying the legal relevance and applicability of the civil liability institute to cases of parental emotional abandonment.

Keyword:Civil responsibility. Emotional abandonment. Indemnity.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
2 PODER FAMILIAR NO ORDENAMENTO JURÍDICO	10
2.1 Princípios norteadores do Direito de Família	12
2.1.1 Princípio da dignidade da pessoa humana	12
2.1.2 Princípio do melhor interesse da criança	13
2.1.3 Princípio da proteção integral da criança e do adolescente	14
2.1.4 A importância da relação entre pais e filhos	15
3 ABANDONO AFETIVO.....	17
4 RESPONSABILIDADE CIVIL NO ABANDONO AFETIVO.....	19
5 RESPONSABILIDADE CIVIL E A JURISPRUDÊNCIA.....	20
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	26

1. INTRODUÇÃO

O trabalho discute a possibilidade de aplicar o instituto da Responsabilidade Civil em casos de abandono afetivo por parte dos genitores em relação aos filhos menores, quando é comprovada a omissão no dever de cuidado. Para isso, será analisado o histórico da estrutura familiar e sua evolução, considerando o conceito de família no ordenamento jurídico e os princípios que orientam o direito de família. O desenvolvimento da responsabilidade civil e a obrigação de indenizar são aspectos essenciais para a compreensão do tema.

Embora o abandono afetivo já esteja previsto no ordenamento jurídico, trata-se de um tema relativamente novo, ganhando destaque na jurisprudência recente, o que é fundamental para seu desenvolvimento. A responsabilidade civil, nesse contexto, adentra o direito de família com o objetivo de evitar que atos ilícitos permaneçam impunes.

É responsabilidade dos pais proteger os direitos fundamentais dos filhos, assim como todos os direitos inerentes à pessoa humana. O afeto desempenha um papel crucial, e sua ausência impacta direta e indiretamente a vida dos filhos em várias áreas, podendo deixar como legado consequências graves, como danos morais e psicológicos irreversíveis. Diante desse risco, torna-se essencial aplicar a responsabilidade civil no caso de abandono afetivo.

O primeiro capítulo tem como objetivo examinar a evolução da família, abordando brevemente suas transformações e seu conceito no ordenamento jurídico, destacando a crescente importância da afetividade nas relações. Neste capítulo, são discutidos os princípios fundamentais do Direito de Família e sua importância para o estudo da disciplina, com ênfase em temas como a Dignidade da Pessoa Humana, o melhor interesse da criança e a proteção integral de crianças e adolescentes. Ainda neste capítulo, discute-se a importância dos pais na formação dos filhos, examinando brevemente o aspecto psicológico da criança e as consequências do abandono.

O segundo capítulo caracteriza o abandono afetivo de forma didática e aponta brevemente como ele se insere no ordenamento jurídico e especialmente nos diversos núcleos familiares

O terceiro capítulo aborda de forma conceitual a responsabilidade civil, estabelecendo uma relação com o abandono afetivo, com o objetivo de promover o reconhecimento dessa

conexão, evidenciando a necessidade de uma reparação através de seu caráter punitivo e compensatório.

Por fim, o quarto capítulo aborda a responsabilidade civil no abandono afetivo, explorando o entendimento jurisprudencial apontando os posicionamentos de grandes tribunais.

O objetivo deste trabalho é analisar os aspectos que envolvem as relações familiares, o afeto e o abandono afetivo, defendendo, ao final, a importância da aplicação de punição pecuniária aos pais como forma de reduzir a ocorrência de casos futuros de abandono. Para isso, foram realizadas pesquisas jurisprudenciais e bibliográficas, incluindo livros, artigos científicos e decisões judiciais, com o intuito de buscar conceitos, validá-los por meio de casos práticos e chegar a uma conclusão pessoal. O uso de Leis e Códigos também foi fundamental para estabelecer o embasamento legal do tema abordado.

2. PODER FAMILIAR NO ORDENAMENTO JURÍDICO

A Constituição Federal de 1934 foi a pioneira em estabelecer um conceito de "família". A Constituição de 1988 avançou ainda mais, ao garantir a proteção do Estado à família e às diversas formas de relações que a compõem. Esse progresso incluiu o reconhecimento da união estável, inclusive entre pessoas do mesmo sexo, e proibiu qualquer diferenciação de direitos e tratamento entre filhos, independentemente de serem nascidos dentro ou fora do casamento.

Atualmente, o ordenamento jurídico reconhece o afeto como o principal elemento na formação da família, sendo essencial para sua estrutura e para a convivência harmoniosa entre seus membros. O afeto não apenas cria laços familiares, mas também é indispensável quando se fala no princípio basilar da dignidade da pessoa humana. A legislação preserva atualmente inclusive as uniões homoafetivas trazendo a possibilidade da união estável por pessoas do mesmo sexo. As novas normas expandiram o conceito de família, regulamentando diferentes formas e tipos familiares, e assegurando novos direitos aos filhos, inclusive aqueles nascidos fora do casamento, onde a legislação anterior não se aplicava. Além disso, foram redefinidos os limites de grau de parentesco e os deveres relacionados à sucessão, novos meios de regimes, procedimentos, entre outras diversas alterações no que diz respeito à família. Conforme Paulo Lobo:

A família tradicional aparecia através do direito patrimonial e pela multiplicidade de laços individuais, como sujeitos de direito atomizados. Agora, é fundada na solidariedade, na cooperação, no respeito à dignidade de cada um de seus membros, que se obrigam mutuamente em uma comunidade de vida. A família atual é apenas compreensível como espaço de realização pessoal afetiva, no qual os interesses

patrimoniais perderam seu papel de principal protagonista. A repersonalização de suas relações empodera as entidades familiares, em seus variados tipos ou arranjos. (LOBO, 2024, p.34)

Conforme o autor, percebe-se que apesar de atualmente o ordenamento jurídico ter apresentado um progresso significativo, em um passado não muito distante não há de se falar em elementos como solidariedade, afetividade e subjetividade, reduzindo a Família tradicional a questões meramente patrimoniais, no máximo sanguíneas.

Nessa ótica, os autores Maria Helena Diniz e Paulo Lobo, apontam o conceito de família:

Família no sentido amplíssimo seria aquela em que indivíduos estão ligados pelo vínculo da consanguinidade ou da afinidade. Já a acepção lato sensu do vocábulo refere-se àquela formada além dos cônjuges ou companheiros, e de seus filhos, abrange os parentes da linha reta ou colateral, bem como os afins (os parentes do outro cônjuge ou companheiro). Por fim, o sentido restrito restringe à família à comunidade formada pelos pais (matrimônio ou união estável) e a da filiação. (DINIZ, 2008, p. 9).

Nota-se a partir do supracitado, como o afeto tornou-se o formador da família, em virtude de estar diretamente presente na adoção e nas relações de convivência. O verdadeiro casamento se baseia na relação de afeto e não apenas nas reminiscências cartoriais ou interesses patrimoniais. O afeto é elevado pela Carta Magna como valor jurídico, como consequência dos vínculos oriundos de laços afetivos. Nesse sentido, felizmente, os filhos ganharam ainda mais proteção na modificação da ordem constitucional, assim como Carlos Roberto Gonçalves assevera:

A condição jurídica dos filhos assume também significativo relevo no direito de família. O instituto da filiação sofreu profunda modificação com a nova ordem constitucional, que equiparou, de forma absoluta, em todos os direitos e qualificações, os filhos havidos ou não da relação de casamento, ou por adoção, proibindo qualquer designação discriminatória (CF, art. 227, § 6º). A qualificação dos filhos envolve questões de suma importância, ligadas à contestação da paternidade e à investigação da paternidade e da maternidade. (GONÇALVES, 2012, p. 26).

Portanto, com a evolução do que se conceitua e se considera família, naturalmente a figura dos filhos saiu de uma posição quadjuvante e ganhou papel principal. Sendo os filhos, portanto, sujeitos com direitos e garantias muito bem definidos constitucionalmente, e que além de serem dignos de proteção jurisdicional, também são dignos de cuidado e afeto provenientes de seus pais.

2.1 PRINCÍPIOS NORTEADORES DO DIREITO DE FAMÍLIA

Levando em consideração o caráter subjetivo das relações familiares, apesar de não ser tarefa fácil, é possível que o ordenamento jurídico crie normas que contemplem todas as questões envolvendo direito de família. Quando se fala de princípios constitucionais, sua importância deve ser levada à sério devido à soberania da Constituição Federal sobre outras leis infraconstitucionais.

Por isso, a existência de princípios constitucionais que norteiam o Direito de Família é essencial, visto que a análise sistemática não é feita apenas com a leitura da lei, mas com a interpretação dos princípios jurídicos, doutrinas e jurisprudências, fazendo-se necessária a utilização de todo um aparato multidisciplinar. O objetivo deles, portanto é de ser como uma ponte do direito, ou seja, toda e qualquer ação deve ser feita levando em consideração o previsto nos princípios de maneira centralizada. De acordo com Dias: “Os princípios constitucionais vêm em primeiro lugar e são as portas de entrada para qualquer leitura interpretativa do direito” (DIAS, 2015. p. 42) .

Tendo em vista a soberania dos princípios constitucionais, os mais importantes no que tange ao direito de família, serão elucidados a seguir.

2.1.1 PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Princípio basilar de todo ordenamento jurídico, que visa proteger e buscar o pleno desenvolvimento de todas as formas de família existentes na atualidade. De acordo com Maria Berenice Dias: “O princípio da dignidade humana é o mais universal de todos os princípios. É um macroprincípio do qual se irradiam todos os demais: liberdade, autonomia privada, cidadania, igualdade, uma coleção de princípios éticos.” (DIAS, 2013, p. 65).

É um princípio que se encontra expresso na Constituição desde 1934, e se relaciona com os direitos expressos na Constituição de 1988, onde dispõe em seu título I seus direitos fundamentais ao ordenamento jurídico brasileiro.

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

[...]

III - a dignidade da pessoa humana; (BRASIL, 1988)

O princípio da dignidade da pessoa humana é a porta de entrada para a garantia da existência e aplicabilidade dos demais princípios constitucionais, além de ser um dos principais alicerces do Direito de Família. Sendo assim, para Carlos Roberto Gonçalves: “O princípio do

respeito à dignidade da pessoa humana constitui, assim, base da comunidade familiar, garantindo o pleno desenvolvimento e a realização de todos os seus membros, principalmente da criança e do adolescente (CF, art. 227)”.(GONÇALVES, 2011, p. 23).

Nessa linha de raciocínio, a atual Constituição Federal cita diversas vezes este princípio, como nos artigos 226, parágrafo 7, o artigo 227 e o artigo 230:

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

[...] § 7º Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.

[...]

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

[...]

Art. 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida. (BRASIL, 1988)

Dessa forma, fica evidente que não há de se falar no instituto família, sem falar do princípio da dignidade humana, ambos estão intrinsecamente ligados. Diante desse cenário, a partir do princípio discorrido, nascem dois princípios essenciais à discussão da temática, quais sejam: princípio do melhor interesse da criança e princípio da proteção integral da criança e do adolescente.

2.1.2 PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA

A conceituação deste princípio torna-se difícil por conta dos padrões comportamentais das famílias que são diferentes, contendo cada uma a sua própria complexidade. Por tal motivo não há um conceito pré-definido acerca do melhor interesse da criança, sendo permitido que a norma seja adaptada conforme as imprevisibilidades e especificidades de cada núcleo familiar, considerando as individualidades e necessidades de cada indivíduo. Para Guilherme Calmon Nogueira Gama:

O princípio do melhor interesse da criança e do adolescente representa importante mudança de eixo nas relações paterno-materno-filiais, em que o filho deixa de ser considerado objeto para ser alçado a sujeito de direito, ou seja, a pessoa humana merecedora de tutela do ordenamento jurídico, mas com absoluta prioridade

comparativamente aos demais integrantes da família de que ele participa. Cuida-se, assim, de reparar um grave equívoco na história da civilização humana em que o menor era relegado a plano inferior, ao não titularizar ou exercer qualquer função na família e na sociedade, ao menos para o direito. (GAMA, 2008, p. 80)

Verifica-se que novamente, o Direito de família vem caminhando de modo a evidenciar o indivíduo filho nas relações familiares, colocando-o como protagonista. Assim, este princípio constitucional visa salvaguardar a criança contra qualquer forma de prejuízo, assegurando que seu desenvolvimento ocorra de maneira saudável, pois qualquer outra abordagem seria contrária ao seu bem-estar prioritário. Dito isso, Estatuto da Criança e do Adolescente expressa em seu artigo 3º e 4º a regularização sobre direitos que envolvam a criança e o adolescente, prevendo que:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas; d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude. (BRASIL, 1990).

2.1.3 PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO INTEGRAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

No Brasil, o princípio da proteção integral da criança e do adolescente tem como marco de origem legal a Constituição Federal de 1988, mais precisamente o seu dispositivo 227. Nele o constituinte em síntese, norteia a construção de todo o ordenamento jurídico voltado à proteção dos direitos da criança e do adolescente como o dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde e etc., além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Posteriormente, o Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe os meios e instrumentos necessários para a efetivação e garantia de cada um dos direitos fundamentais garantidos pela constituição. Frente a isso, Cury, Garrido & Marçura apontam que:

A proteção integral tem como fundamento a concepção de que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos, frente à família, à sociedade e ao Estado. Rompe com a idéia de que sejam simples objetos de intervenção no mundo adulto, colocando-os como

titulares de direitos comuns a toda e qualquer pessoa, bem como de direitos especiais decorrentes da condição peculiar de pessoas em processo de desenvolvimento (ROBERTI JUNIOR, 2012, p. 14).

Verifica-se, portanto, que quando se fala em Direito de Família, especialmente com olhares voltados às relações familiares entre pais e filhos, felizmente o direito em sentido amplo vem sofrendo uma espécie de metamorfose e, direitos e garantia vem se consolidando cada vez mais, ainda que muitas vezes a passos lentos. E muito embora, atualmente existam princípios que alicerçam todas as mudanças legislativas, doutrinárias e jurisprudenciais, não se pode negligenciar que na prática a problemática do abandono afetivo se faz profundamente presente e precisa ser enfrentada.

2.1.4 A IMPORTÂNCIA DA RELAÇÃO ENTRE PAIS E FILHOS.

A partir do momento que indivíduos se tornam pais, automaticamente importantes deveres são assumidos. Tanto a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 227, quanto o Estatuto da Criança e do Adolescente, no artigo 4º, estabelece que a família, o Estado e a sociedade têm a obrigação de garantir às crianças e adolescentes o direito à vida, saúde, educação, alimentação, entre outros. É igualmente responsabilidade proteger os jovens de qualquer forma de opressão, violência, discriminação, exploração, crueldade e negligência.

Esses deveres estão diretamente ligados ao poder familiar, que desempenha um papel fundamental na vida dos filhos, sempre visando seus interesses. A principal responsabilidade dos pais é oferecer amor, carinho e afeto aos seus filhos, bem como educá-los e transmitir a eles seus valores e princípios. Conforme o Art. 21 do Estatuto da Criança e do Adolescente, é dever de ambos os pais exercerem o poder familiar, exceto em situações em que os pais sejam desconhecidos.

Diante das responsabilidades que os pais possuem em relação aos filhos, é imperativo examinar a relevância do vínculo afetivo para ambos. A paternidade não se limita ao fornecimento de alimentos ou apoio meramente material, sendo uma função que transcende essas obrigações de natureza alimentar.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o conceito de família foi ampliado, incorporando novos arranjos familiares que emergiram em resposta à evolução dos fenômenos sociais. Isso posto, a noção de afetividade passou a ser associada ao ideal de família, transformando-a em um espaço de realização pessoal e emocional, fundamentado e alicerçado no afeto e na comunhão entre seus membros.

Sob esse prisma, de acordo com Groeninga:

O papel dado à subjetividade e à afetividade tem sido crescente no Direito de Família, que não mais pode excluir de suas considerações a qualidade dos vínculos existentes entre os membros de uma família, de forma que possa buscar a necessária objetividade na subjetividade inerente às relações. Cada vez mais se dá importância ao afeto nas considerações das relações familiares; aliás, um outro princípio do Direito de Família é o da afetividade. (GROENINGA, 2008, p. 28).

Desse modo, fica evidente na fala do autor que o Direito de Família vem se transformando, de modo a contemplar profundamente a subjetividade das relações, e com ela colocando também como elemento principal de foco o fenômeno da afetividade, o que por sua vez é absolutamente benéfico e necessário para o entendimento e a proteção das relações familiares em todas as suas nuances.

No que tange ao vínculo afetivo, é indiscutível que ele representa uma parte significativa no desenvolvimento emocional e social da criança e também o surgimento de relações afetivas das mais variadas formas no futuro. Extrapolando a perspectiva jurídica, no campo da psicologia esse vínculo é considerado essencial e muito se debate acerca dele.

Para a autora e psicanalista Sonia del Nero: “A necessidade de criação de vínculos afetivos que nos permitam amar e sermos amados é de fundamental importância para o bom desenvolvimento da personalidade” (DEL NERO, 2005, p. 60).

A relação pai e filho é marcante na estruturação do indivíduo que o filho será no futuro. Todos sabem que as crianças reproduzem o que veem dentro de casa, dessa forma, a falta de afeição faz com que ele busque referências em outras pessoas, o que pode ser extremamente perigoso na sua formação. Dessa forma, é possível dizer que a falta de afeto na infância e na adolescência causa consequências durante toda a vida do indivíduo, atrapalhando-o nas mais diversas áreas. A pessoa que não teve amor e carinho advindo de seus pais pode vir a ser uma pessoa mais fechada, com bloqueios emocionais atrelados a uma falta de confiança que se mostrará presente em seus futuros relacionamentos, ou seja, sequelas muitas vezes irreversíveis.

Nolte e Harris argumentam:

“Os pais podem tentar ensinar certos valores, mas as crianças inevitavelmente absorverão aquilo que é transmitido através do comportamento, dos sentimentos e atitudes dos pais na vida diária. A maneira como vocês expressam e administram os próprios sentimentos torna-se um modelo que será lembrado por seus filhos durante toda a vida deles” (NOLTE; HARRIS, 2003).

As experiências e emoções vivenciadas nessa fase inicial da vida são determinantes para o desenvolvimento do psiquismo infantil. Contar com um ambiente familiar harmonioso, onde

as relações entre pais e filhos, bem como entre os próprios pais, sejam equilibradas, é um privilégio que deveria ser acessível a todos.

Desse modo, levando em consideração a metamorfose jurídica e social em que o instituto família vem sofrendo, fica evidente e cristalino que a presença ou a ausência de pais nas vidas de seus filhos são essencialmente determinantes na pessoa em que eles se tornarão no futuro. Tendo isso em vista, é de suma importância que o legislador continue caminhando na busca de contemplar todas as facetas que envolvem o abandono afetivo e principalmente garantindo que todas as crianças e adolescentes possam gozar do privilégio de serem integralmente amparadas por seus pais.

3. ABANDONO AFETIVO

Embora a Constituição não mencione expressamente o afeto, ele está implícito no princípio fundamental da Dignidade da Pessoa Humana, que orienta todo o Ordenamento Jurídico como já apontado anteriormente. Para viver com dignidade, é necessário garantir um mínimo essencial, especialmente para os filhos, que dependem integralmente dos pais para seu pleno crescimento e desenvolvimento.

Com a metamorfose dos modelos familiares, muitos pais já não são casados e não convivem sob o mesmo teto com seus filhos, ou sequer já estiveram juntos em algum momento da vida. Ocorre que, muitos pais que se separam ou ao menos possuem um relacionamento negligenciam aspectos fundamentais para o desenvolvimento infantil, como o afeto, carinho e a demonstração de amor e confiança. Nesse sentido, de maneira sintetizada, o abandono afetivo caracteriza-se pelo descumprimento dos deveres inerentes ao poder familiar, configurando-se como uma ação ou omissão no dever de cuidado dos pais, ou de um deles, em relação aos seus filhos, sejam eles biológicos ou adotivos, durante a fase de desenvolvimento, ou então, “pode ser configurado quando há um comportamento omissivo, contraditório ou de ausência de quem deveria exercer a função afetiva na vida da criança ou do adolescente” (BASTOS; LUZ, 2008).

Frente a esse cenário e ao conteúdo apontado, é indubitável a máxima da indispensabilidade do afeto e apoio familiar no desenvolvimento dos filhos. Entretanto, a realidade enfrentada atualmente no Brasil vem na contramão dessa lógica. Isso porque, segundo dados da ARPEN (Associação dos Registradores de Pessoas Naturais), o número de crianças registradas apenas pela mãe no Brasil tem aumentado de forma constante. De janeiro a julho deste ano, foram registrados 91.643 nascimentos em que o nome do pai não consta na certidão de nascimento, o que equivale a aproximadamente 460 registros diários sem a identificação

paterna. Embora essa quantidade seja menor que a registrada no mesmo período de 2023 (97.299), desde o início do levantamento, em 2016, o número total de crianças com pais ausentes já alcançou 1.283.751 em todo o país.

Esses dados são profundamente alarmantes e demonstram com clareza que o abandono afetivo é um problema social consolidado, sendo que a ausência da figura paterna no registro civil não representa apenas uma questão burocrática, mas reflete uma realidade mais profunda de negligência emocional e afetiva. O crescente número de crianças registradas apenas pela mãe revela a dificuldade de muitos pais em assumir suas responsabilidades, tanto materiais quanto emocionais.

Conforme já analisado, o afeto desempenha um papel crucial no desenvolvimento infantil em diversos aspectos, e sua ausência pode gerar consequências graves e duradouras. Por isso, é fundamental que os pais assumam o dever de proporcionar afeto, além de garantir condições dignas de vida às crianças. Caso contrário, assumem o risco e a responsabilidade por praticar um ato ilícito civil, conforme disposto no artigo 186 do Código Civil: "Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito". Sendo assim, embora ninguém tenha a obrigação legal de amar, tanto o pai quanto a mãe devem lembrar que a criança não é responsável por sua existência e tem direito a uma vida digna. O abandono afetivo não é uma resposta, mas sim um fator que pode prejudicar profundamente o futuro da criança, afastando-a de oportunidades de sucesso e causando danos psicológicos duradouros.

4 RESPONSABILIDADE CIVIL

No ordenamento jurídico vigente, a responsabilidade civil implica o dever de indenizar o dano, seja ele patrimonial ou moral, causado a terceiros. Neste sentido, Sérgio Cavalieri Filho entende que "a noção de responsabilidade civil em seu sentido etimológico exprime a ideia de obrigação, encargo, contraprestação, que seja o dever de reparar o prejuízo em virtude da violação de outro dever jurídico" (CAVALIERI, 2007, p.15).

O embasamento legal da responsabilidade civil está previsto no Art. 927 do Código Civil no Capítulo I – Da obrigação de indenizar, e tem a seguinte redação:

Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo

autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem. (BRASIL, 2002)

De fato, o afeto deve ser dado de forma voluntária e espontânea, contudo, considerando o que se observa na prática, é necessário impor que os pais têm obrigações em relação aos filhos, e suas atitudes, inclusive as omissões, podem gerar consequências. Nessa lógica, a obrigação de indenizar torna-se essencial para assegurar o bem-estar familiar e, principalmente, garantir a dignidade e os direitos da vítima. E, para além de assegurar tal bem-estar familiar, a responsabilidade civil de indenizar em ocasiões de abandono afetivo revela sua função punitiva ligada ao seu caráter reparatório. Desse modo, o indivíduo que causou danos a outro tem de arcar com todas as devidas consequências, sendo a principal delas repará-lo. Sob esse prisma, a reparação do dano funcionaria como uma forma de punição que visa a garantia da responsabilidade civil. (FARIAS, ROSENVALD e NETTO, 2017).

Entretanto, é fundamental destacar que, diante do grande volume de processos recebidos diariamente pelo Poder Judiciário, é imprescindível ter consciência ao ingressar com uma ação, assegurando que exista um direito legítimo a ser garantido. O mesmo se aplica aos casos de abandono afetivo, em que não se deve recorrer a esse mecanismo como forma de retaliação ou vingança contra o genitor. A utilização indevida desse recurso pode comprometer o princípio da celeridade processual. Conforme abordado anteriormente, os efeitos do abandono afetivo sobre a criança e o adolescente são inúmeros e duradouros. Portanto, a indenização por abandono afetivo deve ser solicitada apenas nos casos em que a ausência de afeto tenha causado prejuízos significativos, conforme explicado por Carlos Roberto.

A questão é delicada, devendo os juízes ser cautelosos na análise de cada caso, para evitar que o Poder Judiciário seja usado, por mágoa ou outro sentimento menos nobre, como instrumento de vingança contra os pais ausentes ou negligentes no trato com os filhos. Somente casos especiais, em que fique cabalmente demonstrada a influência negativa do descaso dos pais na formação e no desenvolvimento dos filhos, com rejeição pública e humilhante, justificam o pedido de indenização por danos morais. Simples desamor e falta de afeto não bastam. (GONÇALVES, 2014, p. 429/430)

Tendo em vista este entendimento, em uma visão mais abrangente da responsabilidade civil, pode-se afirmar que essa se configura como a disciplina voltada à reparação e/ou prevenção de danos. No entanto, essa concepção não exclui a ideia de que sua principal função permanece sendo a compensatória.

5 RESPONSABILIDADE CIVIL E A JURISPRUDÊNCIA

Antes de expor o entendimento jurisprudencial sobre o tema, é impossível discutir a respeito do dever de indenizar sem questionar a valor da quantia a ser indenizada. Frente a isso,

muito se discute sobre o surgimento da “monetização do afeto”, isso porque dentro da lógica do abandono afetivo, utiliza-se a pecúnia como compensação de um afeto que nunca existiu e que visa mensurar financeiramente algo que é subjetivo e imaterial.

A monetização do afeto é um argumento muito utilizado por aqueles que são contra a responsabilização civil pelo abandono afetivo. No entanto, é importante ressaltar que o foco não está no dinheiro em si, mas na aplicação de uma punição ao genitor que abandona, com o propósito de prevenir futuros casos, uma vez que o mesmo ficará ciente das possíveis consequências que enfrentará. Cunha, *in verbis*:

Não se trata de atribuir um valor ou um conteúdo econômico ao afeto. Admitir que somente o pagamento de pensão alimentícia é o bastante na relação entre pais e filhos é que significa monetizar tal relação. O abandono paterno/materno não tem preço e não há valor financeiro que pague tal falta. Como se disse, o valor da indenização é simbólico, mas pode funcionar como um lenitivo e um conforto para a alma. É que não se pode deixar de atribuir uma sanção às regras jurídicas. E, exatamente, por não ter como obrigar um pai ou uma mãe a amar seu filho é que se deve impor a sanção reparatória para a ausência de afeto, entendido como ação, cuidado, repita-se. Não admitir tal raciocínio significa admitir que os pais não são responsáveis pela criação de seus filhos. (CUNHA, 2021, p. 662)

Em síntese, a "monetização do afeto" não é o propósito dos doutrinadores que defendem a indenização em casos de abandono afetivo. O entendimento é de que o valor financeiro é simbólico, representando uma forma de punição e responsabilização mais eficaz para esses casos.

Tendo em vista o exposto acima, é imperioso ressaltar que não existe atualmente uma quantificação do valor a ser indenizado, conforme o Enunciado 550, da VI Jornada de Direito Civil do Conselho da Justiça Federal: “quantificação da reparação por danos extrapatrimoniais não deve estar sujeita a tabelamento ou a valores fixos”. Portanto, o arbitramento do valor deve ser feito a critério do juiz obedecendo o que prevê o artigo 509 do Código de Processo Civil que reza:

Art. 509. Quando a sentença condenar ao pagamento de quantia ilíquida, proceder-se-á à sua liquidação, a requerimento do credor ou do devedor:

I - por arbitramento, quando determinado pela sentença, convencionado pelas partes ou exigido pela natureza do objeto da liquidação; II - pelo procedimento comum, quando houver necessidade de alegar e provar fato novo.

§ 1º Quando na sentença houver uma parte líquida e outra ilíquida, ao credor é lícito promover simultaneamente a execução daquela e, em autos apartados, a liquidação desta.

§ 2º Quando a apuração do valor depender apenas de cálculo aritmético, o credor poderá promover, desde logo, o cumprimento da sentença.

§ 3º O Conselho Nacional de Justiça desenvolverá e colocará à disposição dos interessados programa de atualização financeira.

§ 4º Na liquidação é vedado discutir de novo a lide ou modificar a sentença que a julgou. (BRASIL, 2015).

A responsabilização civil dos pais pelo abandono afetivo sofrido por seus filhos tem conquistado crescente relevância no ordenamento jurídico brasileiro, com recentes decisões emitidas por diversos tribunais.

Desse modo, com posicionamento inédito e inovador, foi proferida no ano de 2012, decisão do Superior Tribunal de Justiça admitindo a reparação civil pelo abandono afetivo:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. FAMÍLIA. ABANDONO AFETIVO. COMPENSAÇÃO POR DANO MORAL. POSSIBILIDADE.1. Inexistem restrições legais à aplicação das regras concernentes à responsabilidade civil e o consequente dever de indenizar/compensar no Direito de Família.2. O cuidado como valor jurídico objetivo está incorporado no ordenamento jurídico brasileiro não com essa expressão, mas com locuções e termos que manifestam suas diversas desinências, como se observa do art. 227 da CF/88.3. Comprovar que a imposição legal de cuidar da prole foi descumprida implica em se reconhecer a ocorrência de ilicitude civil, sob a forma de omissão. Isso porque o non facere, que atinge um bem juridicamente tutelado, leia-se, o necessário dever de criação, educação e companhia – de cuidado – importa em vulneração da imposição legal, exurgindo, daí, a possibilidade de se pleitear compensação por danos morais por abandono psicológico.4. Apesar das inúmeras hipóteses que minimizam a possibilidade de pleno cuidado de um dos genitores em relação à sua prole, existe um núcleo mínimo de cuidados parentais que, para além do mero cumprimento da lei, garantam aos filhos, ao menos quanto à afetividade, condições para uma adequada formação psicológica e inserção social.5. A caracterização do abandono afetivo, a existência de excludentes ou, ainda, fatores atenuantes – por demandarem revolvimento de matéria fática – não podem ser objeto de reavaliação na estreita via do recurso especial.6. A alteração do valor fixado a título de compensação por danos morais é possível, em recurso especial, nas hipóteses em que a quantia estipulada pelo Tribunal de origem revela-se irrisória ou exagerada. (STJ - REsp: 1159242 SP 2009/0193701-9, Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI, Data de Julgamento: 24/04/2012, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 10/05/2012 RDDP vol. 112 p. 137 RDTJRJ vol. 100 p. 167 RSTJ vol. 226 p. 435)

Tartuce analisa a decisão da Ministra Nancy Andrighi e aduz:

Penso que esse último acórdão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça representa correta concretização jurídica do princípio da solidariedade; sem perder de vista a função pedagógica ou de desestímulo que deve ter a responsabilidade civil. Sempre pontuei, assim, que esse último posicionamento deve prevalecer na nossa jurisprudência, visando também a evitar que outros pais abandonem os seus filhos. (TARTUCE, 2017)

Sendo assim, a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça proferiu decisão categoricamente favorável à possibilidade de indenização por abandono afetivo, apontando elementos que extrapolam o universo jurídico e adentram também no âmbito psíquico:

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. DIREITO DE FAMÍLIA. ABANDONO AFETIVO. REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS. PEDIDO JURÍDICAMENTE POSSÍVEL. APLICAÇÃO DAS REGRAS DE RESPONSABILIDADE CIVIL NAS RELAÇÕES

FAMILIARES. OBRIGAÇÃO DE PRESTAR ALIMENTOS E PERDA DO PODER FAMILIAR. DEVER A ASSISTÊNCIA MATERIAL E PROTEÇÃO À INTEGRIDADE DA CRIANÇA QUE NÃO EXLUEM A POSSIBILIDADE DA REPARAÇÃO DE DANOS. RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL DOS PAIS. PRESSUPOSTOS. AÇÃO OU OMISSÃO RELEVANTE QUE REPRESENTA VIOLAÇÃO AO DEVER DE CUIDADO. EXISTÊNCIA DO DANO MATERIAL OU MORAL. NEXO DE CAUSALIDADE. REQUISITOS PREENCHIDOS NA HIPÓTESE. CONDENAÇÃO A REPARAR DANOS MORAIS. CUSTEIO DE SESSÕES DE PSICOTERAPIA. DANO MATERIAL OBJETO DE TRANSAÇÃO NA AÇÃO DE ALIMENTOS. INVIABILIDADE DA DISCUSSÃO NESTA AÇÃO. [...] 4- A possibilidade de os pais serem condenados a reparar os danos morais causados pelo abandono afetivo do filho, ainda que em caráter excepcional, decorre do fato de essa espécie de condenação não ser afastada pela obrigação de prestar alimentos e nem tampouco pela perda do poder familiar,[...] 5- O dever jurídico de exercer a parentalidade de modo responsável compreende a obrigação de conferir ao filho uma firme referência parental, de modo a propiciar o seu adequado desenvolvimento mental, psíquico e de personalidade[...]modo que, se de sua inobservância, resultarem traumas, lesões ou prejuízos perceptíveis na criança ou adolescente, não haverá óbice para que os pais sejam condenados a reparar os danos experimentados pelo filho.[...] (STJ - REsp: 1887697 RJ 2019/0290679-8, Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI, Data de Julgamento: 21/09/2021, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 23/09/2021).

Nessa decisão observa-se a admissão de punição pecuniária a título de danos morais, afastando-a da prestação pecuniária a título de alimentos ou a prestações pecuniárias no geral. E, para, além disso, está integralmente embasada em argumentos que transcendem a esfera jurídica abrangendo critérios como o desenvolvimento psíquico da criança ou adolescente que trará reflexos perpétuos.

E ainda, o Superior Tribunal de Justiça proferiu acórdãos recentes que admitem a reparação de danos por abandono afetivo, como por exemplo, o julgado: “dever de assistência material e proteção à integridade da criança que não excluem a possibilidade da reparação de danos. Responsabilização civil dos pais. Existência do dano material ou moral. Nexo de causalidade. Requisitos preenchidos na hipótese.”(STJ, REsp 1887697/RJ, Terceira turma, Rel.Min. Nancy Andrigli, DJE 23/09/2021).Vale ressaltar que isso se dá em casos em que já tenha acontecido o reconhecimento da paternidade: ”Este Superior Tribunal de Justiça já firmou entendimento no sentido de não ser possível falar em abandono afetivo antes do reconhecimento da paternidade.”(STJ,AgInt no AREsp 492243 / SP,QUARTA TURMA, Rel. Ministro MARCO BUZZI,DJe 12/06/2018) ou então, “a Terceira Turma já proclamou que antes do reconhecimento da paternidade, não há se falar em responsabilidade por abandono afetivo” (STJ, Agravo Regimental no AREsp n. 766.159/MS, Terceira Turma, Rel. Min. Moura Ribeiro, DJE 09/06/2016).

No mesmo sentido, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal colaborou com a vertente jurídica que defende que o genitor deve indenizar sua prole frente aos danos que sua ausência

pode causar e enfatizando o quanto a presença do genitor é essencial e obrigatória do ponto de vista jurídico:

CONSTITUCIONAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ABANDONO MATERIAL E AFETIVO DA FILHA POR PARTE DO GENITOR. TRAUMA PSICOLÓGICO CARACTERIZADO. EXISTÊNCIA DE CONCAUSALIDADE. AFASTAMENTO DA RESPONSABILIDADE CIVIL. INOCORRÊNCIA. DANOS MORAIS CARACTERIZADOS. INDENIZAÇÃO. CABIMENTO. (TJ-DF 20140112004114 - Segredo de Justiça 0038871-94.2014.8.07.0016, Relator: NÍDIA CORRÊA LIMA, Data de Julgamento: 21/03/2019, 8ª TURMA CÍVEL, Data de Publicação: Publicado no DJE : 09/04/2019 . Pág.: 504/506)

Ainda assim, há Tribunais de Justiça que adotam uma interpretação distinta e não seguem o entendimento consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça. Como resultado, surgem diversas decisões desfavoráveis, evidenciando que ainda existem certos obstáculos a serem superados. Entre eles, destaca-se a necessidade de verificar se houve, por parte dos pais, a prática de ato ilícito, como um dos requisitos para se estabelecer o dever de indenizar.

Veja-se, a propósito, o julgado do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, da lavra do relator, Desembargador Saldanha da Fonseca, que assim se pronunciou: "por não haver nenhuma possibilidade de reparação a que alude o art. 186 do CC, que pressupõe prática de ato ilícito, não há como reconhecer o abandono afetivo como dano passível de reparação". (TJMG - Apelação Cível 1.0647.15.013215-5/001, Relator (a): Des.(a) Saldanha da Fonseca, 12ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 10/05/2017, publicação 15/05/2017).

Nesse sentido, julgado do TJ/RS, que barra o reconhecimento do dever de indenizar em virtude da falta do elemento do ato ilícito: "a pretensão de indenização pelos danos sofridos em razão da ausência do pai não procede, haja vista que para a configuração do dano moral faz-se necessário prática de ato ilícito. Beligerância entre os genitores" (TJRS, Apelação Cível n. 0048476-69.2017.8.21.7000, Teutônia, Sétima Câmara Cível, Rel. Des. Jorge Luís Dall'Agnol, julgado em 26/04/2017, DJERS 04/05/2017).

Ademais, evidenciando a imprescindibilidade da existência de prova do dano, o Tribunal de Justiça de São Paulo apontou que "a jurisprudência pátria vem admitindo a possibilidade de dano afetivo suscetível de ser indenizado, desde que bem caracterizada violação aos deveres extrapatrimoniais integrantes do poder familiar, configurando traumas expressivos ou sofrimento intenso ao ofendido. Inocorrência na espécie. Depoimentos pessoais e testemunhais altamente controvertidos. Necessidade de prova da efetiva conduta omissiva do pai em relação à filha, do abalo psicológico e do nexo de causalidade. Alegação genérica não

amparada em elementos de prova. Non liquet, nos termos do artigo 373, I, do Código de Processo Civil, a impor a improcedência do pedido” (TJSP, Apelação n. 0006195-03.2014.8.26.0360, Acórdão n. 9689092, Mococa, Décima Câmara de Direito Privado, Rel. Des. J. B. Paula Lima, julgado em 09/08/2016, DJESP 02/09/2016).

De mesmo modo, o TJMS barrou o reconhecimento do dever de indenizar em virtude da prescrição da pretensão indenizatória “O pedido de reparação civil por dano moral, em razão do abandono afetivo, nada tem a ver com direito de personalidade, com direitos fundamentais ou com qualquer garantia constitucional, constituindo mera pretensão indenizatória, com caráter econômico, estando sujeita ao lapso prescricional. A prescrição da pretensão indenizatória por alegado abandono afetivo submete-se ao prazo trienal previsto no art. 206, § 3º, do CC, contado da maioridade quando a paternidade biológica é de prévio conhecimento da parte autora ou, do trânsito em julgado da ação de investigação de paternidade, se a paternidade somente restou conhecida com a propositura dessa ação.”(TJMS, Apelação n.0806938-96.2022.8.12.0001,Campo Grande, Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, Rel.Des. Marcos José de Brito Rodrigues,julgado em 26/06/2024,DJEMS 27/06/2024).

Por fim, neste mesmo ano, o TJMS apontou como impedimento ao reconhecer o dever de indenizar a ausência de material probatório para evidenciar o dano sofrido: “Ainda que possível a condenação de genitor ao pagamento de indenização por danos morais por abandono afetivo, que se traduz na infringência ao dever de cuidado, inerente ao poder familiar; por outro lado, conforme entendimento atual tanto da jurisprudência, assim como da doutrina abalizadas, devem ser observados os pressupostos da reparação civil previstos no Código Civil (ato ilícito, dano e nexos de causalidade).{...}No caso específico dos autos, não ficaram demonstrados os requisitos legais para a configuração do dever de indenizar por danos morais tendo como fundamento o abandono afetivo, em especial, pela ausência de evidências seguras acerca dos danos experimentados pela autora, justamente por não ter sido confeccionado laudo psicológico, prova que se mostra imprescindível para a comprovação do abalo sofrido e das suas consequências na vida da filha”.(Apelação n.0801177-62.2020.8.12.0031,Caarapó, Segunda câmara cível ,Relator – Exmo. Sr. Des. Ary Raghiant Neto, julgado em 29/01/2024,DJEMS 30/01/2024).

Em análise a respeito das peculiaridades jurisprudenciais em paralelo com o entendimento doutrinário e legislativo, Tartuce aponta:

Em suma, parece que a doutrina contemporânea foi bem *festiva* em relação à admissão da reparação imaterial por abandono afetivo, em especial após o julgamento do REsp 1.159.242/SP, em 2012. Porém, no âmbito da jurisprudência, há certo ceticismo, com numerosos julgados que afastam a indenização. Muitos deles o fazem também com base na existência de prescrição da pretensão, tema a ser tratado no futuro, neste mesmo canal. (TARTUCE,2017)

Diante desse cenário, podemos dizer que há ainda um longo caminho a ser percorrido nos Tribunais de Justiça no que diz respeito à admissibilidade da indenização em casos de abandono afetivo. No entanto, é inegável que o ordenamento jurídico brasileiro progrediu significativamente ao longo dos anos. O fato de os órgãos judiciais alterarem seus posicionamentos e pluridisciplinar suas decisões após anos, demonstra uma evolução tanto no campo do Direito quanto na sociedade, o que se reflete fortemente nas deliberações.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho apresentado evidencia a transformação da instituição familiar, que passou a ser moldada conforme as escolhas individuais e baseadas no afeto, deixando a exclusividade da consanguinidade de lado. Nesse contexto, o princípio da afetividade se tornou essencial para essa evolução. Com essas mudanças, de maneira inédita, as crianças passaram a ter uma proteção maior contra qualquer forma de violência, ofensa ou dano psicológico, fortalecendo o princípio da dignidade da pessoa humana. É, portanto, responsabilidade dos pais garantir o desenvolvimento integral dos filhos, cuidando de sua educação, guarda e bem-estar.

Embora ainda exista o entendimento de que o abandono afetivo não configura ato ilícito, ele deve ser reconhecido como tal quando provoca danos graves ou de difícil reparação, justificando a necessidade de indenização. A indenização, nesse caso, não visa substituir afetos e sentimentos não oferecidos à criança na sua infância, mas sim aliviar o sofrimento causado pela negligência e conscientizar o genitor sobre a ilicitude de sua conduta. Além disso, tem um caráter educativo e punitivo, buscando prevenir que situações semelhantes venham a ocorrer no futuro e garantir que as crianças cresçam de forma saudável e plena em todos os aspectos, sejam eles emocional, físico, moral e intelectual.

Os tribunais ainda enfrentam dificuldades em conceder indenizações por abandono afetivo, pois há um entendimento de que o afeto não pode ser mensurado em termos monetários, e os danos causados por essa negligência são difíceis de serem comprovados com provas contundentes. Apesar das divergências nos julgados brasileiros, o tema tem ganhado espaço e

serve de exemplo para alertar pais sobre a importância do cuidado emocional e não apenas do suporte financeiro e material de forma ampla.

Assim sendo, conclui-se ser essencial que a comunidade acadêmica e os operadores do direito de forma ampla continuem a refletir e aprofundar o debate sobre o abandono afetivo e todas as suas nuances, alicerçando suas conclusões nos direitos fundamentais e constitucionais e, principalmente caminhando para a efetivação de um entendimento o mais homogêneo e consolidado possível. Essa abordagem visa reforçar a importância do desenvolvimento integral da criança na sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS

ARPEN BR. **Registro Civil do Brasil**. Disponível em: Disponível em: <https://www.arpen.org.br/noticia/mais-de-91-mil-criancas-foram-registradas-sem-o-nome-do-paiem2024#:~:text=Mais%20de%2091%20mil%20crian%C3%A7as,sem%20a%20identifica%C3%A7%C3%A3o%20da%20paternidade>. Acesso em: 27 de setembro de 2024.

BASTOS, Eliane Ferreira; LUZ, Antônio Fernandes da. Família e jurisdição II. Belo Horizonte: **Del Rey**, 2008. v. II, p. 70.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República [2024]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 outubro 2024.

BRASIL. **Código Civil Brasileiro**. Senado Federal, Brasília, DF, 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm. Acesso em: 14 de outubro de 2024.

BRASIL. **Código de Processo Civil**. Senado Federal, Brasília, DF, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm. Acesso em: 14 de outubro de 2024.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Senado Federal, Brasília, DF, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em 14 de outubro de 2024.

CAVALIERI FILHO, Sérgio. Programa de responsabilidade civil. 7.ed. São Paulo: **Atlas**, 2007. p. 15.

DEL NERO, Sonia. Psicanálise das relações familiares. 1. ed. São Paulo: **Vetor**, 2005.

DIAS, Maria Berenice. Manual de Direito das Famílias. 10ª ed. São Paulo: Editora **Revista dos Tribunais**, 2015.

DIAS, Maria Berenice. Manual do Direito de Família. 9ª ed. Ver. atual. e ampl. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2013.

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil brasileiro: Direito de Família. 23. ed. São Paulo: **Saraiva**, 2008. v. 5. p. 9.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSELVALD, Nelson; NETTO, Felipe Peixoto Braga. Curso de Direito Civil: Responsabilidade Civil. 4ª ed. Salvador: **JusPodivm**, 2017.

GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. Princípios constitucionais de direito de família: guarda compartilhada à luz da Lei 11.698/2008. São Paulo: **Atlas**, 2008.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. 9. ed. São Paulo: **Saraiva**, 2012.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. Direito de Família. 6ª ed. São Paulo: **Saraiva**, 2011.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro, v.4: responsabilidade civil. 9ª ed. São Paulo: **Saraiva**, 2014. p. 429-430.

GROENINGA, Giselle Câmara. Direito Civil. Volume 7. Direito de Família. Orientação: Giselda M. F Novaes Hironaka. Coordenação: Aguida Arruda Barbosa e Cláudia Stein Vieira. São Paulo: **RT**, 2008. p. 28.

LÔBO, Paulo. Direito Civil: Famílias. **SaraivaJur**. Edição do Kindle, 2024.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. Ação de Abandono Intelectual. **Ap. 1.0647.15.013215-5/001**, Relator Saldanha da Fonseca. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Maio de 2017. Disponível em: https://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaNumeroCNJEspelhoAcordao.do;jsessionid=2597A00ED2D0CF6505E1FBDB7DC3C375.juri_node2?numeroRegistro=1&totalLinhas=1&linhasPorPagina=10&numeroUnico=1.0647.15.013215-5%2F001&pesquisaNumeroCNJ=Pesquisar. Acesso em: 28 de setembro de 2024.

NOLTE, Law Dorothy; HARRIS, Rachel. As crianças aprendem o que vivenciam. Tradução de Maria Luiza Newlands Silveira. 6ª ed. Rio de Janeiro: **Sextante**, 2003.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. Direito das Famílias. 2ª ed. Rio de Janeiro: **Forense**, 2021.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça. Ação de Dano Extrapatrimonial. **Ap. 0048476-69.2017.8.21.7000**, Relator Sandra Brisolara Medeiros. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Setembro de 2017. Disponível em: https://www.tjrs.jus.br/novo/busca/?return=proc&client=wp_index. Acesso em: 28 de setembro de 2024.

ROBERTI JUNIOR, João Paulo. Evolução Jurídica do Direito da Criança e do Adolescente no Brasil. **Revista da Unifebe (Online)**, 2012; 10(jan/jun): 105-122. Disponível em: <http://periodicos.unifebe.edu.br/index.php/revistaeletronicadaunifebe/article/view/7>. Acesso em 14 de outubro de 2024.

SÃO PAULO. Tribunal de Justiça. Ação de Perdas e Danos. **Ap. 0006195-03.2014.8.26.0360**, Relator J. B. Paula Lima. Tribunal de Justiça de São Paulo. Setembro de 2016. Disponível em: <https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=9689092&cdForo=0>. Acesso em: 01 de outubro de 2024.

TARTUCE, Flavio. **Da indenização por abandono afetivo na mais recente jurisprudência brasileira. 2017**. Disponível em: <http://www.flaviotartuce.adv.br/artigos>. Acesso em: 28 de setembro de 2024.